

DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: A TRANSIÇÃO ENTRE AS ETAPAS NAS DIRETRIZES CURRICULARES DE ALGUNS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAJAÍ/SC.

Regiani Francez Novak ¹
Marilise Luiza Martins dos Reis Sayão ²
Renata Orlandi ³

RESUMO

O processo de transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, entendendo-se a Educação Infantil como etapa preparatória para o Ensino Fundamental, tem sido um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais da educação e pelos municípios. Partindo dessa problemática, este artigo apresenta uma análise das diretrizes curriculares de quatro cidades do Vale do Itajaí: Blumenau, Brusque, Gaspar e Pomerode, investigando a forma como abordaram a transição e, se a abordaram, quais estratégias foram contempladas nos documentos municipais norteadores da Educação Básica. Para tanto, à luz do campo teórico da Sociologia da Infância, averiguou-se as concepções de criança, infância e educação presentes nos referidos documentos tomando por procedimento metodológico a análise de conteúdo de Bardin, entendida como uma técnica de análise de dados permeada por procedimentos específicos, sistematizados, que possibilitam a categorização do texto analisado e favorecendo uma compreensão de seus significados num nível que transcende uma leitura comum. Centrada na análise de documentos, observou-se que, no que tange ao conceito de transição e ao delineamento de estratégias para o seu desenvolvimento, nenhum dos quatro municípios pesquisados apresentou estratégias concretas. Por fim, tais fragilidades identificadas desafiam-nos a observar a importância dada ao processo de transição como mecanismo para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, assim evitando tensões e/ou rupturas, fazendo-se necessário para tal, normativas locais, com dedicada atenção ao tema.

Palavras-chave: Transição, Diretrizes Curriculares, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Sociologia da Infância.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1980 e na década subsequente, importantes conquistas marcaram a redemocratização da política brasileira reafirmando o dever do Estado com a educação

¹ Aluna do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação – Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. Especialização em Gestão, Supervisão e Orientação. – UNIASSELVI. Especialização em Educação Escolar Contemporânea, do Departamento de Ciências Exatas e Educação, UFSC, Centro de Blumenau. Professora da Rede Municipal de Ensino de Blumenau. Coordenadora da Educação Infantil, Secretaria Municipal de Educação. E-mail: regiani.sgo@gmail.com;

² Doutora em Sociologia Política. Professora Adjunta do Departamento de Engenharias, UFSC, Centro de Blumenau. E-mail: marilise.reis@ufsc.br

³ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil(2011) Professora Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Blumenau. E-mail: renata.orlandi@ufsc.br

institucional das crianças pequenas. Estes movimentos intensificaram o atendimento em creches e pré-escolas, ocasionando a expansão de pesquisas e estudos sobre a educação de crianças pequenas em espaços institucionais e coletivos e não isoladas em estudos laboratoriais (FINCO & OLIVEIRA, 2011).

Resultado de diferentes estudos no campo da infância, como os trabalhos de James, Jenks e Prout (1998), Corsaro (1997), Qvortrup (2011), Sarmiento (2008), pesquisadores da Sociologia da Infância propuseram um outro olhar para o tempo da infância das crianças, como categoria histórica e social. Assim, ao conceber a infância como construção histórica e social, extrapolando a questão da maturação biológica, passaram a demonstrar que as crianças, constituem um campo singular de produção cultural porque interagem, constroem e aprendem nas relações entre si e com os adultos.

Estes estudos também evidenciaram as singularidades e os direitos de participação social das crianças, no sentido de atribuir centralidade ao protagonismo das mesmas, sujeitos que, historicamente, foram marginalizados e colocados em uma posição de potencialidade humana e não como um sujeito no presente (GAITÁN, 2006). Ao reconhecer a agência das crianças a partir de suas ações no mundo, o campo da Sociologia da Infância aponta-nos prerrogativas conceituais e teóricas que permeiam o processo de institucionalização da infância nos processos educacionais formais e, por consequência, dos sujeitos que a habitam: as crianças, trazendo novos desafios de concepção aos profissionais da Educação Básica.-

Com a promulgação da Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, a qual alterou a idade de entrada no Ensino Fundamental para seis anos, a transição das crianças entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental se tornou objeto de estudo no campo educacional, especialmente, a respeito das políticas públicas para a educação. Importante ressaltar que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, com destaque para o artigo 11º, da Resolução Nº 5/2009, que a proposta pedagógica deve garantir formas para garantir formas de transição entre as primeiras etapas da Educação Básica:

Art. 11 Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (BRASIL, 2009).

Sob o mesmo foco da transição entre as etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental, chama-se a atenção para o inciso IIº do artigo 18 da Resolução Nº 4/2010, no qual destaca-se a necessidade de mecanismos de articulação que não impliquem, para a criança, em tensões e rupturas:

§ 2º A transição entre as etapas da Educação Básica e suas fases requer formas de *articulação* das dimensões orgânica e sequencial que assegurem aos educandos, sem tensões e rupturas, a continuidade de seus processos peculiares de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2010).

Na observância das leis brasileiras, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a educação das crianças passou a constituir-se como dever da família, da sociedade e do Estado, assegurando absoluta prioridade no direito das crianças à educação. No ano de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, LDB 9394/96, a Educação Infantil passou a fazer parte da Educação Básica, como a sua primeira etapa, vinculada e articulada ao sistema nacional como um todo. Este período marca estudos, pesquisas e publicações normativas para a efetiva construção da Educação Infantil brasileira.

Com relação ao acesso e o tempo das crianças na escola, destacamos a aprovação da Lei nº 11.274/2006, que ampliou o ensino fundamental de oito para nove anos de duração, com a inclusão das crianças de seis anos nesta etapa de ensino obrigatório. Com a intenção de que esta implementação não fosse concebida de maneira meramente administrativa, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica, publicou no ano de 2007 o documento intitulado “Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a criança da seis anos de idade”, acentuando que, se na passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental há uma “linha” que os divide, do ponto de vista da criança não haveria essa fragmentação. Neste são feitas referências à transição e são apresentadas possibilidades e orientações pedagógicas, com atenção especial para a criança de seis anos, com ênfase na experiência cultural (BRASIL, 2007).

Junto a esse documento, destaca-se ainda a Lei nº 12.796/2013, que alterou a LDB 9394/96 e afirmou a Educação Infantil obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos; o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei no 13.005/2014), determinando diretrizes e estratégias para a política educacional para o período entre 2014 e 2024, e a partir do qual foram aprovados Planos Estaduais e Municipais para a Educação, que devem ser incorporados nas políticas públicas da Educação Infantil; o Marco Legal da Primeira Infância (Lei no 13.257/2016), que trata dos direitos da criança nesse período da infância, sendo que esta lei visa evitar a segmentação de ações, aumentando a eficácia das políticas voltadas para a infância, definindo estratégias de articulação intersetorial (BRASIL, 2018).

Fica evidenciado, igualmente, que os conceitos *etapa*, *percurso* e *transição* de alguma maneira aparecem e são comuns nos textos de leis e diretrizes nacionais da educação básica. Os documentos que definem as políticas públicas nacionais na área da educação apontam para

a prerrogativa de se contemplar o processo de transição entre as primeiras etapas da Educação Básica nas políticas locais, envolvendo elaboração, organização, execução e avaliação, tendo em vista que é de sua responsabilidade, tal como dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (9.394/96), art. 11, inciso V:

oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino- (BRASIL,1996).

Entende-se que os contextos em que se empregam estes termos sugerem sentidos para ações intencionais e pedagógicas na educação escolar. Essa sinalização, por sua vez, leva os municípios a construírem suas diretrizes para a Educação Básica, preocupando-se, ou não, com a transição entre as primeiras etapas, e/ou com a previsão de estratégias para a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Dessa forma, cabe avaliar se essas prerrogativas vêm sendo atendidas pelos municípios e, em caso afirmativo, de que forma.

Com o intuito de proceder a uma discussão inicial sobre os processos desenvolvidos pelos municípios para atenderem essa demanda, apresenta-se neste texto uma análise preliminar das diretrizes ou propostas curriculares de quatro municípios do Vale do Itajaí: Blumenau, Brusque, Gaspar e Pomerode, observando, a partir das concepções de criança, infância e educação, a forma como abordaram a transição entre as primeiras etapas da Educação Básica e quais são as estratégias contempladas nos documentos municipais com vistas a garantir os preceitos dispostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais sobre a transição.

Além disso, à luz do campo teórico da Sociologia da Infância, objetiva-se investigar as concepções de criança, infância e educação presentes nos documentos, com ênfase para a passagem entre as primeiras etapas da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental), dado que o entendimento da Educação Infantil como etapa preparatória para o Ensino Fundamental tem sido um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais da educação.

Na primeira parte do trabalho, abordamos a metodologia, os caminhos para a geração dos dados da pesquisa e a forma como os organizamos. Em seguida, apresentamos a análise e os resultados da pesquisa, com foco para a discussão sobre a concepção de transição presente

nos documentos curriculares estudados. Por fim, apresentamos nossas considerações finais a respeito da pesquisa realizada.

METODOLOGIA

Como referenciais teórico-metodológicos baseamo-nos nos estudos da Sociologia da Infância, tomando como pressupostos a ideia da trajetória histórica, social, política e cultural específicas das crianças, a partir dos estudos realizados por Ana Cristina Coll Delgado (2013) e das pesquisas organizadas por Ana Lúcia Goulart de Faria e Daniela Finco (2011). Nesse sentido, parte-se do entendimento da infância como categoria teórica, socialmente construída, alicerçada nas histórias concretas das crianças, que vivem e aprendem nos espaços sociais múltiplos e diferenciados.

A infância enquanto um mundo cultural singular que deve estar assegurado nas políticas educacionais, constituiu o cerne da investigação, pois é a partir dessa concepção, que centra a criança no processo de produção da cultura, que se torna possível atribuir ao processo de transição entre etapas na Educação Básica o seu grau de importância para a continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Com relação aos procedimentos de pesquisa, lançamos mão da análise de conteúdo de Bardin (2011), centrada na análise de documentos como forma de condensação das informações, para consulta e armazenamento. A análise de conteúdo, nessa concepção, é entendida como uma técnica de análise de dados permeada por procedimentos específicos, sistematizados, que ajudam a reinterpretar mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Segundo a autora, a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico, tendo em vista que a análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados, já que se ocupa de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação.

Tomando essa metodologia, organizou-se as diferentes fases da análise em torno de três etapas respectivas: 1. a pré-análise, 2. a exploração do material e 3. o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Na pré-análise organizamos as ideias iniciais, formulamos as hipóteses, os objetivos e elaboramos os indicadores que seriam utilizados para a interpretação final, construídos a partir do campo de estudos da Sociologia da Infância. Na segunda fase, da exploração do material, codificamos, separamos e enumeramos as informações coletadas em função de regras previamente estabelecidas. Na sequência, fizemos

o tratamento dos resultados, as inferências e a interpretação. Ou seja, codificamos o material com base em regras específicas que tinham a ver com os pressupostos que tomamos do campo da Sociologia da Infância, já anteriormente mencionados. Por último, procedemos à etapa do tratamento, às inferências e interpretações.

Quanto à geração de material para ser explorado na segunda fase, iniciamos com a busca das Diretrizes Curriculares ou Propostas Curriculares dos municípios selecionados no Médio Vale do Itajaí, a partir de seus respectivos sites oficiais. Pesquisamos também no site da AMMVI (Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí), os *e-mails* das Secretarias Municipais de Educação e para as quais encaminhamos solicitação para que nos enviassem os referidos documentos. Dos contatos realizados por e-mail, tivemos resposta dos municípios de Gaspar e Pomerode. Em paralelo, buscamos as Diretrizes Curriculares disponibilizadas nos sites oficiais das Prefeituras de cada um dos municípios investigados. Os sites oficiais das Prefeituras de Blumenau, Pomerode, Gaspar e Brusque disponibilizam suas Diretrizes Curriculares e desse modo acessamos os documentos necessários para a análise.

Os primeiros documentos lidos foram as *Diretrizes Curriculares Municipais de Brusque*. Nesta primeira leitura, alguns excertos do texto foram destacados com marca-texto possibilitando uma sinalização prévia para a próxima leitura. Em seguida, procedeu-se a leitura das *Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Pomerode*. Quanto ao documento referente ao Ensino Fundamental de Pomerode, tivemos que solicitar à Secretaria de Educação e o mesmo nos foi encaminhado e analisado.

O documento curricular do Município de Gaspar foi lido na sequência. Uma leitura que proporcionou maior motivação devido a termos acesso ao livro editado pela Secretaria Municipal de Gaspar em 2010 intitulado *Proposta Pedagógica da Rede Municipal – Educação Infantil – Gaspar*. Da mesma forma que o município de Pomerode, não tivemos acesso ao documento do Ensino Fundamental, solicitamos à equipe da Secretaria Municipal de Educação que nos encaminhassem e recebemos o documento: *Proposta Pedagógica para a Infância no Ensino Fundamental de Nove Anos – Gaspar*.

O documento de Blumenau, *Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica*, faz parte de acervo institucional. Está organizado em cinco volumes: *volume I: Educação Infantil; volume II: Ensino Fundamental; volume III: Educação de Jovens e Adultos; volume IV: Gestão Intersetorial Compartilhada e Parceiras e volume V: Experiência em Relatos*. Fizemos a leitura do Volume I, destacando pontos importantes e, posteriormente, do Volume II.

Por sua vez, o documento de Indaial, *Proposta Curricular da Educação Infantil - Município de Indaial*, foi encaminhado por e-mail pela equipe da Secretaria Municipal de Educação. Devido ao fato de não termos acesso ao documento que apresenta as propostas curriculares para o Ensino Fundamental deste município na data prevista, não tivemos como avaliar a questão da transição, e postergamos essa análise para pesquisas futuras.

Por conseguinte, partimos para a organização dos dados. Organizamos os dados iniciais no Programa Excel, contendo as seguintes informações: município, nome do documento, data da publicação, data do acesso, local em que está publicado e índice das páginas. Registramos os dados utilizando as ferramentas de recorte e colagem dos documentos arquivados.

Após essa compilação, realizamos uma segunda leitura, mais minuciosa, dos documentos. Nesta segunda leitura, buscamos evidenciar as concepções de criança, infância e educação presentes nos textos de cada uma das diretrizes curriculares, tendo o cuidado de ler atentamente, considerando a forma de escrita em cada um dos documentos. Com toda a documentação levantada organizada em quadros e em fichas de leitura, nas quais acrescentamos observações ou comentários sobre possíveis relações com as questões da pesquisa, mapeamos as concepções de *criança, infância, educação* e os conceitos atribuídos à *transição/passagem/percurso* contidos nestes documentos. A forma como se apresenta a concepção de infância igualmente exigiu a leitura atenta dos documentos, considerando que nem sempre aparece de forma explícita e literal. Para esta etapa, utilizamos a ferramenta de tabelas do Word, com uma linha para cada um dos municípios e uma coluna para cada uma das três concepções: criança, infância e educação.

Além deste levantamento de dados, organizamos outra tabela, contendo as estratégias ou abordagens a respeito da transição, utilizando a ferramenta do Word, contendo três colunas com os conceitos: transição, passagem ou percurso, termos citados em cada um dos documentos curriculares municipais pesquisados. O termo utilizado “Transição EI” corresponde às possíveis pontuações da transição nos documentos da Educação Infantil e o termo “Transição EF”, às reflexões correspondentes aos textos que se referem ao Ensino Fundamental. A linha com as palavras Transição/Passagem/Percurso sinalizam se, e onde, foram encontrados estes conceitos. A ferramenta *Localizar Texto* dos arquivos em PDF, facilitou a busca, pois pesquisamos se a palavra transição aparecia no texto e identificamos em qual contexto se encontrava.

Nessa etapa foram identificados os núcleos conceituais que atendiam aos objetivos da pesquisa. Ao realizarmos a segunda leitura dos textos coletados destacamos as palavras, frases

ou excertos que apontavam um conceito, ideia ou palavra relevante ao tema. Os elementos que destacamos nesta leitura representaram, previamente, as concepções. Organizamos também fichas de leitura contendo: excertos dos documentos lidos, quadros de autores e pontuações de alguns parágrafos nos próprios textos, para serem retomados no levantamento dos temas centrais em cada um dos quadros.

Diante deste levantamento de dados, cabe ressaltar a importante conquista destes municípios que, mesmo diante do atual contexto de mudanças e instabilidade no campo educacional, político e econômico, têm elaborado e publicado o documento norteador para as questões curriculares da educação escolar pública, no sentido de apresentar as concepções de criança e infância, para o desenvolvimento de suas propostas educativas. Com todos os dados coletados e organizados, procedemos à sua análise, a respeito da qual tratamos a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Empregando técnicas usuais da análise de conteúdo para identificar, em cada texto, o núcleo emergente que servisse ao propósito da investigação, essa etapa consistiu num processo de codificação, interpretação e de inferências sobre as informações contidas nos documentos, problematizando seu conteúdo manifesto e latente. A partir da correlação entre os termos-chave foi composto, inicialmente, um número elevado de itens, impondo a necessidade de planejar um meio de classificá-los a fim de vislumbrar uma síntese. Desta forma, a organização da tabela com os dados gerais dos documentos estudados favoreceu identificar informações fundamentais no transcorrer da pesquisa. Considerando o significado das palavras que dão nome ao instrumento curricular, arriscamos inferir intencionalidades ao que expressa este documento.-

Com relação às datas de publicação destes documentos, que se situam entre os anos de 2010 a 2013, observamos que durante este período estava em vigência o Plano Nacional de Educação (2001-2011). A meta 8 deste PNE consistiu em assegurar que, no prazo de dois anos, “os Municípios tenham definido sua política para a Educação Infantil, com base nas diretrizes nacionais, nas normas complementares estaduais e nas sugestões dos referenciais curriculares nacionais”, o que foi realizado com a parceria e participação entre profissionais da educação das diferentes áreas. Desta forma, o PNE (2001-2011) pode ser um dos fatores que motivou o desenvolvimento dessas diretrizes.

Destacamos os índices ou sumários de cada um dos documentos analisados, para ampliar as possibilidades e conhecer os títulos dos textos que compõem o documento na sua

integralidade, auxiliando na procura de assuntos de interesse da pesquisa. De modo geral, os documentos de diferentes municípios apresentam títulos em comum nos seus sumários, como por exemplo: apresentação do documento; trajetória ou caminhada para a sua construção; concepções de criança, infância, educação, homem; o cuidar e o educar; elementos do planejamento (rotina, acolhida, tempo e espaço); documentação pedagógica e avaliação; apontamentos do currículo; educação especial.

Conforme os dados obtidos nas análises das diretrizes, percebemos que os documentos iniciam os seus respectivos textos com a apresentação da trajetória de estudos, encontros e debates entre os profissionais da educação. Nestes apontamentos, destacamos a ênfase dada à produção textual coletiva entre os grupos de profissionais, envolvendo professores, coordenadores pedagógicos, diretores, técnicos das Secretarias Municipais de Educação e professores de universidades parceiras.

A partir das seções apresentadas nos sumários, pudemos esboçar reflexões e debates acerca da constituição destes documentos curriculares. Considerando que todos os documentos foram elaborados coletivamente entre grupos de pesquisa e formação continuada, entendemos que o resultado destes trabalhos retrata parte da trajetória histórica da educação escolar pública, identificadas nas singularidades de cada um destes municípios.

Iniciamos com reflexões a partir dos dados obtidos nas leituras das *Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil*, (2012), de Blumenau. O documento é apresentado como um trabalho democrático, para uma educação de qualidade social, realizado de forma coletiva e colaborativa, em momento de estudo e formações, pelo conjunto de profissionais da rede municipal de ensino. Pautando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais, apresenta um conjunto de textos com os temas: Escola e Educação; Cultura e Educação; Desenvolvimento Humano; Currículo e Educação; Aprendizagem; Planejamento e Educação; Avaliação; Gestão Educacional; Educação Especial; Educação do Campo; e em continuidade, os textos específicos da Educação Infantil, que abordam currículo, interações e brincadeiras, cotidiano e rotina; formação de conceitos; e, por fim, os quadros contendo possibilidades metodológicas. Algumas ilustrações que acompanham os textos são produções de crianças, expressas em desenhos com giz de cera e lápis de cor. Os textos são fundamentados em autores que apresentam estudos relacionados à infância.

A perspectiva de currículo para a Educação Infantil, assumida no documento curricular de Blumenau (2012, p. 62), reflete o desafio de “articular as interações, as brincadeiras e as diferentes linguagens” no sentido de que as crianças tenham uma infância como “tempo de direitos”. A respeito da transição afirma as especificidades da Educação

Infantil e orienta para que não se antecipe os conteúdos do Ensino Fundamental. No entanto, um dos apontamentos evidenciados com a análise de dados, trata-se do modo como a proposta de Blumenau apresenta a organização para a turma de pré-escolar III, (Educação Infantil) que, neste documento, localiza-se no Volume II, intitulado *Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica – Ensino Fundamental*. Inclui o Pré-escolar III nas discussões a respeito da alfabetização, e apresenta os “Eixos, objetivos de aprendizagem, conteúdos e possibilidades metodológicas do Pré-Escolar (III) ao 5º ano”. Toma-se, portanto, neste documento, o Pré-escolar III, última organização da Educação Infantil, junto ao 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, e considera-se “momento providencial na alfabetização”, justificando esta afirmação como estratégia para amenizar a ruptura entre as primeiras etapas da Educação Básica- (BLUMENAU, 2012).

Aqui parece haver uma contradição no entendimento da transição. Conforme prevê a Resolução CNE/CEB nº05/2009, em seu artigo 11º, a proposta pedagógica deve prever maneiras para a articulação entre as etapas, garantindo “a continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças”, mas alerta para o respeito às crianças nas especificidades etárias e recomenda não antecipar o Ensino Fundamental- (BRASIL, 2009).

Entende-se que o agrupamento entre Pré-Escolar III, 1º e 2º anos apresentado no referido documento do município de Blumenau pode inserir o professor da Educação Infantil na condição de alfabetizador, a criança na condição de aluno e o trabalho pedagógico volta-se ao desenvolvimento da oralidade, leitura e escrita. Esta condição não favorece a transição entre as etapas sem tensões e rupturas, além de não contemplar os objetivos apresentados no artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº05/2009 para as propostas pedagógicas da Educação Infantil:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças- (BRASIL, 2009, p. 2).

A respeito do documento do município de Brusque, *Diretrizes Curriculares Municipais* (2012), destaca-se seus referenciais teóricos; Piaget e Vygotsky e a ênfase em Bakhtin. Para o município “a definição destas diretrizes visa conduzir o processo de aprendizagem de forma intencional, organicamente concebida e dialogada, possibilitando o questionamento e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, tendo como

finalidade a qualidade educacional e social”. “Educação de excelência para ser referência” é a frase que abre este documento- (BRUSQUE, 2012).

No corpo do texto, esta citação é reafirmada, pautada em valores essenciais como a liberdade, a justiça e a educação transformadora. Nestas diretrizes encontram-se: a introdução; os primeiros passos para a organização das Diretrizes Curriculares Municipais; as concepções de homem, criança, infância, aprendizagem, educação; a educação integral; a psicomotricidade relacional para o contraturno; objetivo; metodologia e avaliação; educação especial; biblioteca escolar; tecnologias de informação e comunicação; educação ambiental; leitura e escrita e letramentos.

Em sequência, apresenta “Tabelas do currículo mínimo” para cada ano escolar, desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental, por disciplinas. Estas tabelas abordam conteúdos mínimos, mapas conceituais, estratégias, orientações didáticas, recursos, objetivos e habilidades. O documento curricular do município de Brusque expressa listagens programadas para o trabalho pedagógico, desde a educação infantil, parecendo cercar as possibilidades de encantamentos, interações e brincadeiras e característico das culturas infantis.

Com relação à aproximação entre as etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental percebemos que, na listagem de objetivos/ habilidades da pré-escola, é citado como uma das estratégias, “conhecer as dependências da escola, suas funções e as pessoas que as ocupam”. Em seguida, no 1º ano do Ensino Fundamental, traz a “apresentação do espaço escolar e seus funcionários”. Estas duas estratégias, uma para a pré-escola e outra para o 1º ano, vislumbram uma possibilidade de apresentação dos espaços, mas não contemplam em si uma possibilidade de articulação entre professores, crianças e comunidade, distanciando-se muito de uma concepção de transição que valoriza a não ruptura nos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Neste documento, conforme os dados evidenciados na pesquisa, destacam-se textos a respeito da escrita e da leitura, trabalho realizado em sala de aula, questões relativas à linguagem escrita, letramentos e Atendimento Escolar Especializado. A respeito da transição, esta diretriz curricular não apresenta abordagens ou estratégias pedagógicas.

A *Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Gaspar: Educação Infantil* (2010) é apresentada na perspectiva de ser “norteadora da organização do trabalho pedagógico para e com as crianças” (GASPAR, 2010). Abre-se a leitura com os “Direitos Fundamentais das Crianças”, acompanhados de fotografias das crianças e adultos em espaços de Educação Infantil do município. As imagens são ilustradas com frases e palavras que expressam o

momento vivido pelas crianças, em seus direitos à brincadeira, bem como no que se refere à atenção individual, à importância de um ambiente acolhedor, seguro e estimulante, ao contato com a natureza, à higiene e saúde, à alimentação sadia, aos movimentos em espaços amplos, ao desenvolvimento da curiosidade, imaginação e capacidade de expressão, à proteção, afeto e amizade, à expressão de seus sentimentos, à especial atenção durante o período de adaptação, ao desenvolvimento de sua identidade cultural, racial e religiosa. Se observarmos do ponto de vista da Sociologia da Infância, estas imagens representam intenções de respeito aos direitos fundamentais das crianças, dos quais adultos e crianças vivenciam momentos de afeto, respeito e delicadeza. O enfoque dado aos direitos das crianças na construção desta proposta, evidencia atitudes respeitadas, éticas e cuidadosas com o tempo e a rotina do grupo populacional nos espaços institucionais.

Segundo os dados obtidos, essa proposta pedagógica foi construída nos anos de 2002 a 2004, e revisitada nos anos de 2009 e 2010. Os textos foram escritos pelos professores e gestores dos Centros de Desenvolvimento Infantil - CDIs em momentos de estudo e formações. Quanto à especificidade da educação para a pequena infância, o município de Gaspar recorreu à legislação vigente, fundamentando-se na Constituição Federal de 1988, na LDB 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, na Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Parâmetros de Qualidade e em pesquisas publicadas em artigos e livros sobre a Educação Infantil.

Destacam-se nos textos pontos que sinalizam um trabalho pedagógico voltado ao cuidar e ao educar pautados nos princípios éticos, políticos e estéticos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Estes estão expressos num conjunto de elementos: “rotina, estruturação, tempo, espaço, currículo para Educação Infantil, documentação pedagógica” (GASPAR, p. 16). Para o planejamento pedagógico, sistematizado na abordagem metodológica de projetos, são considerados três eixos específicos para a educação da criança de 0 a 5 anos: interações, linguagens e brincadeiras. Contudo, no que se refere à questão da transição das crianças da Educação Infantil para os primeiros anos do Ensino Fundamental, não foram identificadas estratégias específicas nas propostas curriculares do município de Gaspar, ainda que haja a preocupação em diferenciar o trabalho pedagógico diante das especificidades da Educação Infantil, reafirmando a importância do brincar para as crianças desta faixa etária, mesmo aquelas que estão no primeiro ano do Ensino Fundamental.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Pomerode (2012), por sua vez, têm início com a apresentação do percurso, da importância

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

deste documento e de como percebeu-se a necessidade de sistematizar e construir um referencial teórico para a proposta de educação infantil da rede municipal. O documento reúne o resultado do trabalho de professores a partir de estudos e com base na experiência construída ao longo dos anos. Neste documento está indicado que profissionais da educação infantil participaram de formação continuada nos anos de 2010 e 2011 para estudo e elaboração das diretrizes. Elaboraram um mapa conceitual como ponto de referência para o planejamento e organizaram possibilidades metodológicas que estão apresentadas no documento, ilustrado com fotografias de algumas crianças em espaços institucionais. Para a escrita, houve a assessoria de professores, e o trabalho foi coordenado pela gerência de Educação Infantil - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

O documento aborda o histórico da Educação Infantil no Brasil, com seus reflexos na municipalidade, destacando a trajetória dos primeiros espaços de cuidado e educação de crianças. Afirma a tradição germânica da cidade, no sentido de preservá-la e coloca o município na condição de cidade “aberta à modernidade” (POMERODE, 2012, p. 10), pontuando que apesar de prever políticas para assegurar o direito à Educação Infantil, ainda têm muitas crianças aguardando vagas. Observamos que o documento cita o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, integrando as funções de educar e cuidar na realização do trabalho que tem “como meta contemplar atitudes [...]; procedimentos [...]; os conceitos [...] e os fatos[...], procurando seguir princípios éticos, políticos e estéticos.” (POMERODE, 2012, p. 20).

O mesmo texto faz referência à criança, enquanto sujeito, na transição entre os tempos, e destaca que o “tempo-relógio” não deve ser o condutor do planejamento do professor, mas sim o tempo da criança em vivenciar o que lhe é proposto, nos experimentos e descobertas. Afirma-se que “ao organizar a rotina é importante estabelecer transição entre um tempo e outro, entre uma atividade e outra. Assim as crianças passam de um tempo ao outro com maior segurança.” (Pomerode, 2012, p. 35). Entretanto, nas propostas deste documento, tanto nos textos da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, também não encontramos referência à questão da transição da criança entre as duas etapas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das propostas e diretrizes curriculares municipais de Blumenau, Brusque, Gaspar, e Pomerode observa-se que, no que tange à transição e à existência de estratégias para o seu desenvolvimento sem tensões e/ou rupturas, nenhum dos quatro

municípios pesquisados apresentam estratégias concretas evidenciadas nos documentos analisados. Ainda que sistematizados a partir de um processo de elaboração coletiva pelos profissionais da educação, verificamos que apresentam escassas reflexões a respeito da transição entre as primeiras etapas da Educação Básica, o que é preocupante, se este se refletir como um microcosmo dos demais municípios.

Entende-se que os documentos em si podem demonstrar a responsabilidade com a educação, o cuidado e a singeleza no respeito com o tempo da criança em viver a sua infância nos espaços institucionais, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental. Contudo, o que parece se repetir é a listagem de procedimentos, minimizando e diminuindo as possibilidades de interações, aprendizagens e encantamentos. E aqui, vale reforçar que os procedimentos de transição precisam ser viabilizados de tal forma que atendam as normativas nacionais referentes, promovendo estratégias que efetivamente garantam a articulação das dimensões orgânica e sequencial, bem como a continuidade de seus processos peculiares de aprendizagem e desenvolvimento.

Sem a pretensão de encerrar o assunto, ressaltamos o lugar de respeito que ocupam as crianças na vivência de suas infâncias em espaços institucionais e coletivos, sejam eles de Educação Infantil ou Ensino Fundamental. Assim, a preocupação com a educação, com o cuidado, com a singularidade e com os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças consiste também em prever possibilidades para que a transição entre as primeiras etapas da Educação Básica seja segura, acolhedora e respeitosa e, ademais, seja garantida nas normativas legais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLUMENAU (SC). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica I - Educação Infantil – Volume I**. Blumenau: Prefeitura Municipal/SEMED, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº. 59**. Institui nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da Educação Básica de 11 de novembro 2009.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 de janeiro de 2001.

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 abr. 2013.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2014

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil - Secretaria de Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de Nove anos: orientações para inclusão das crianças de 6 anos de idade.** 2ed. Brasília: MEC-SEB, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRUSQUE (SC). Prefeitura de Brusque. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares Municipais.** Nova Letra, 2012.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n125/a0935125.pdf>

FINCO, Daniela; OLIVEIRA, Fabiana de. A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de educação infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs). **Sociologia da Infância no Brasil.** Campinas, 2011. p. 55-79.

GAITÁN, Lourdes. **Sociologia de la infancia.** Nuevas perspectivas. Madrid: Síntesis, 2006.

GASPAR (SC). Prefeitura de Gaspar. Secretaria de Educação. **Proposta Pedagógica da Rede Municipal Educação Infantil.** Gaspar, 2010.

POMERODE (SC). Prefeitura Municipal de Pomerode. Secretaria de Educação e Formação Empreendedora. **Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.** Pomerode, 2012.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedrosa. Reconhecimento da sociologia da infância como área de conhecimento e campo de pesquisa: algumas considerações. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs). **Sociologia da Infância no Brasil.** Campinas, 2011. p. 32-52.